A educação é um importante processo para que o ser humano possa obter mínimas condições de sobrevivência com dignidade em uma sociedade edificada na cultura da exclusão. O desafio da educação consiste na busca e manutenção de meios para uma organização social de convivências pacíficas e mais justas, transmitindo conhecimento sobre a diversidade do ser humano. Contudo, a educação é um recurso de emancipação dos sujeitos, na medida em que proporciona a retomada de valores como justiça, ética aparentemente esquecidos pela sociedade.

Portanto, a educação se constitui em uma ferramenta que possibilita a promoção dos direitos humanos tendo em vista que é parte que integra a dignidade humana por conscientizar e formar o sujeito para o pleno exercício da cidadania. considera-se que a educação o principal pressuposto para o sujeito se realizar de maneira plena como ser humano na sociedade.

Portanto a educação em e para os direitos humanos tem fundamental contribuição na formação do ser humano à medida em que possibilita o processo de desenvolvimento de um sujeito participativo e consciente do papel social que exerce. O professor deve, junto de seus alunos, buscar uma relação de proximidade, suscitando neles o interesse pelo questionamento e discussão, por meio de temas relacionados á sua realidade, para que, enfim, possam se conscientizar da necessidade premente de atuar em favor da transformação social.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos DUDH**. 2009. Disponível em: http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf. Acesso em: 05 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década**. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br /images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 07 set. 2019.

COMPARATO, F.K. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.4. ed. Rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos direitos fundamentais**. 6. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2008.

DUARTE, Clarice S. **A educação como um direito fundamental de natureza social**. In. **Revista Educação Social**. v. 28, n. 100, 2007, p. 691-713.

FERNANDES, Ângela V.M.; PALUDETO, Melina C. **Educação e direitos humanos: desafios para a escola contemporânea**. In. Cadernos Cedes. v. 30, n. 81, 2010, 233-249.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Tradução Sergio Antônio Fabris. Porto Alegre. 1991.

LEITÃO, Alexandra. **Direito fundamental à educação, mercado educacional e contratação pública**. In. Revista E-pública. v. 1, n. 2, 2014, p. 115-129.

MORAES, Fernanda L. **O Direito fundamental a educação de crianças e adolescentes e os instrumentos jurídicos para redução da infrequência/evasão.** .

Avaliação da Aprendizagem na Educação Infantil

Fernanda Garcia Sampaio[1]

RESUMO

Este trabalho teve embasamento em algumas tendências pedagógicas sobre avaliação e seus instrumentos avaliativos objetivando uma compreensão dos caminhos percorridos pela Avaliação na Educação Infantil. Alguns filósofos e educadores são citados neste trabalho, visto que contribuíram muito com o trabalho de qualidade do professor. A avaliação no processo ensino-aprendizagem é indispensável na formação integral do indivíduo em todas as modalidades da educação, inclusive na Educação Infantil, mais especificamente tratada neste artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação; Educação Infantil; Aprendizagem; Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação, pode ser vista de ângulos diferentes em sua atuação, como por exemplo, sendo um meio de ajudar o aluno na procura de seu conhecimento, ou como um sub-

(1) Graduação em Pós-graduação, Especialização em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Universitário "Barão de Mauá", a Cidade de Ribeirão Preto, o Estado de São Paulo e o país – Brasil.

sídio ao educador em analisar sua prática pedagógica. De qualquer maneira, é preciso reconhecer que a avaliação vai muito mais além disso.

A avaliação de crianças nessa faixa etária deve analisar o caminho percorrido no processo de aprendizagem.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), as escolas que trabalham com essa fase, devem elaborar formas de avaliação para seus alunos, não com o objetivo de classificar ou promover as crianças, mas de ajudar no desenvolvimento das mesmas, utilizando formas lúdicas, como brincadeiras, experimentação, criação e interação social onde o professor faça uso da observação e elabore registros.

Porém, vale lembrar que avaliar vai muito adiante da observação, é preciso que haja uma intencionalidade educativa que permeie os objetivos especificados no planejamento das aulas do professor.

A avaliação na Educação Infantil necessita ser um processo que envolve a construção do conhecimento de forma prazerosa, lúdica e interessante, que contribua com o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, onde através das dificuldades, que faz parte do processo ensino-aprendizagem, obtêm-se as conquistas.

Em muitas escolas, infelizmente esquece-se que a Educação Infantil proporciona às crianças a experimentação, a curiosidade, o lúdico, a convivência social, a vivência no mundo do faz de conta e não, a preocupação da criança sair alfabetizada para o Ensino Fundamental, pulando essas etapas cruciais no aprendizado desses pequenos seres em formação.

É preciso que o docente tenha bem claro em sua mente que cada aluno possui um ritmo de aprendizagem diferente, e que isso deve ser respeitado.

2. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1. DESENVOLVIMENTO

2.1.1. COMO SURGIU A AVALIAÇÃO

A avaliação nasce junto com o próprio homem bem antes do processo de escolarização.

Nada mais é do que o julgamento daquilo que observamos, o que fazemos muitas vezes naturalmente, sem pensar que estamos avaliando, mas quando paramos para pensar e analisar algo, alguém ou alguma coisa, precisamos buscar elementos para podermos respaldar tal julgamento, para se chegar a uma conclusão ou mesmo, tomar uma decisão.

A avaliação foi apropriada pela escola num determinado momento, especificamente perto do século XVIII, aproximadamente há 300 anos, á partir da constituição de escolas para toda a classe de pessoas, não só para os filhos, geralmente homens, de famílias mais abastadas, como eram os estudos até então.

Devido à grande demanda, foi necessário criar um mecanismo de controle de movimentação para determinar a entrada, a permanência e/ou a saída dessas crianças na escola, por isso foi necessário a apropriação da avaliação no espaço escolar com o intuito de medir a aprendizagem dos alunos.

2.1.2. CONCEPÇÕES DE AVALIAÇÃO

Para avaliar, é necessário observar, mas nem toda observação é, necessariamente uma avaliação.

Avaliamos quando temos um determinado critério nessa observação, usando instrumentos como registros do que observamos, trabalhos desenvolvidos pelos alunos e assim por diante, não nos esquecendo que a avaliação é muito mais abrangente do que isso, sendo estas apenas algumas das partes que abrangem essa ação avaliativa.

O processo avaliativo é contínuo e longo, passando por várias etapas.

Algumas das etapas existentes, se deve ao uso dos questionamentos referentes a intenção de avaliar, bem como a preparação de instrumentos necessários para isso e ao uso dos resultados atingidos nesse processo avaliativo educativo.

Podemos dizer que avaliamos com a intenção de conhecer o processo ensino-aprendizagem.

O que ensina uma criança é o trabalho feito depois que temos as informações do que devemos fazer após o uso do instrumento elaborado para a avaliação, devendo este ser coerente com as expectativas esperadas.

Á partir das informações obtidas, é que realizamos um trabalho que é a parte mais importante da avaliação, quando usamos essas na relação ensino-aprendizagem, no planejamento de aula enfim, em estratégias que possam ser melhor aproveitadas nesse processo.

Segundo Raphael (1995):

> [...] a avaliação é um processo que utiliza informações para formular juízos de valor, diante dos quais se tomam decisões. A avaliação, apresentada como processo, antevê um controle da qualidade, que supõe tanto confiabilidade nos dados obtidos – e consequentemente, no instrumento usado – quanto análise, interpretação e criação de situações de intervenção como forma de garantir essa qualidade. A utilização de informações tem como antecedente a obtenção dessas informações pela aplicação de instrumentos de medida. O juízo de valor constitui-se na transformação destas informações em um julga-

> mento supondo análise e interpretação. A tomada de decisão vai concretizar o objetivo a que se destinou o processo. (RAPHAEL, 1995, p. 33 – 34).

Teixeira (1975) declara que a instituição escolar se orienta conforme as modificações da sociedade e Libâneo (1994) salienta que o processo pedagógico se apresenta com muitos conceitos sociais que se fundamentam no processo das relações.

Libâneo (1994) ainda mostra o porquê se faz necessário que o docente tenha uma visão geral do processo avaliativo educacional, especialmente no que diz respeito ás suas manifestações na esfera escolar. É de vital importância conhecer os fatores sócio-políticos da escola no exercício do convívio social; o processo do desenvolvimento humano e do conhecimento; o vínculo entre a ação escolar e a sociedade em estabelecer propósitos político pedagógicos em condições históricas e sociais estipuladas e as situações efetivas do ensino; os aspectos filosóficos da educação; os elementos científicos para escolha e a sistematização dos conteúdos, métodos e formas de estruturação do ensino.

Ele classifica as tendências pedagógicas, sendo uma delas a Liberal e a outra, a Progressista.

A Tendência Tradicional, a Tecnicista, a Renovada Progressista, e a Renovada Não Diretiva, fazem parte da Pedagogia Liberal.

Na Tendência Liberal Tradicional, a escola qualifica os alunos para se posicionarem no mundo, onde se responsabiliza com o conhecimento do indivíduo à parte de questões sociais existentes.

O conhecimento a ser adquirido é igual para todos, sendo que os menos capazes devem se esforçar para se igualarem aos mais instruídos.

O professor, como centro no processo ensino-aprendizagem, deposita o conhecimento aos alunos como uma verdade absoluta, através de aulas expositivas e reprodução de atividades, onde o aluno faz a função de mero receptor, sem vínculo algum com a sua realidade.

A Pedagogia Liberal apóia o argumento de que a missão da escola é habilitar os alunos para a execução de funções sociais, conforme as capacidades pessoais de cada sujeito, além de ocultar a realidade das desigualdades sociais.

A educação liberal teve início com a Pedagogia Tradicional e, devido a reorganização da supremacia burguesa, avançou para a Pedagogia Renovada, também chamada de escola nova ou ativa, o que não significou na troca de uma pela outra, visto que existe as duas na realidade escolar.

A avaliação é feita através de testes orais, provas escritas, interrogatórios, exercícios e trabalho de casa.

A Tendência Liberal Renovada Progressista ou Escola Nova, como também é conhecida, tem por objetivo adaptar as necessidades dos alunos ao meio em que vivem, através de experiências que atendam tanto ao indivíduo como as condições do meio social.

Nesse processo, valoriza-se mais a forma prática como se dá a aprendizagem através de tentativas experimentais, pesquisas e descobertas do que a própria aprendizagem em si.

O aluno é o sujeito de sua própria aprendizagem e o professor tem o papel apenas de intermediador desse processo, dando primazia as necessidades e interesses das crianças, através de atividades lúdicas.

A avaliação é feita conforme a dedicação dos alunos em superar as dificuldades a caminho de suas vitórias e conquistas.

A Tendência Liberal Renovada Não Diretiva tem como finalidade o autodesenvolvimento, através de ações que direcionem os alunos em busca da aprendizagem.

O aluno é o centro do processo ensino-aprendizagem. A avaliação é feita pelos próprios alunos, através da autoavaliação.

A Tendência Liberal Tecnicista molda o conhecimento conforme as necessidades do mercado de trabalho, preparando os alunos para seu futuro ingresso no mesmo.

Esta Tendência surgiu na década de 50 pela imposição dos governos atuantes da época.

As Tendências Libertadora, Libertária e Crítico-Social dos Conteúdos fazem parte da Pedagogia Progressista.

Essa Tendência destaca o exame crítico da sociedade e mantém sua atenção voltada a projetos pedagógicos conforme o interesse da sociedade.

Na Tendência Pedagógica Progressista Libertadora, a escola tem a função de conscientizar os alunos acerca da realidade, de maneira que possa modificá-la.

Paulo Freire representou bem essa tendência, pois em vários de seus trabalhos, principalmente Pedagogia do Oprimido (1987), discorreu sobre a visão problematizada, contemporânea, libertadora e dialógica da tendência em questão. Ele ressaltou o grande valor de uma educação em que as pessoas pensem e discutam o seu modo de enxergar a vida de um modo livre e não imposto por apenas depositar o conhecimento pronto ao aluno, não permitindo que o mesmo manifeste suas idéias e pensamentos.

As matérias das aulas advêm da vida social e cultural dos alunos e a metodologia empregada envolve questões em torno de vivências sociais em debates coletivos.

A relação professor-aluno é horizontal, ou seja, os dois são sujeitos em desenvolvimento da aprendizagem.

A avaliação é feita de forma mútua ou autoavaliativa.

Na Tendência Pedagógica Progressista Libertária, a escola proporciona ações democráticas, uma vez que considera que os avanços sociais ocorrem devido a uma consciência política.

A metodologia está diretamente relacionada com a realidade social e os conteúdos enfatizam os conflitos dessa sociedade.

O professor tem a função de orientador da aprendizagem.

A avaliação é feita pelos alunos, através da auto-avaliação.

Na Tendência Crítico-Social dos Conteúdos, a escola tem a missão de assegurar aos futuros trabalhadores a propriedade crítica do conhecimento geral e científico.

A metodologia dialética se torna a principal causa dos conflitos entre a bagagem de conhecimento pessoal do aluno e os conteúdos divulgados no meio escolar.

O aluno compartilha suas experiências e o professor a sua visão da realidade.

A avaliação é feita através de normas pertencentes ás características da entidade em questão.

2.1.3. RECURSOS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação na educação infantil é compreendida enquanto ação contínua por utilizar diferentes técnicas de descrição tanto dos progressos alcançados pelas crianças, como de seus retrocessos ao longo de um determinado período de tempo. Logo, é importante que a relação professor-aluno seja uma relação de amizade, confiança e intimidade, pois é dessa forma que o professor consegue avaliar corretamente todos os níveis de desenvolvimento do aluno, visto que a avaliação se processa na intimidade da relação entre o professor e o aluno, conforme Cortesão e Torres (1994).

Avaliar é uma incumbência educativa fundamental e constante da ocupação profissional pedagógica, que está completamente relacionada com o processo ensino-aprendizagem, em concordância com Libâneo (1994).

Hoffmann (2000) explica que para se falar em ação avaliativa, é preciso considerar todos os momentos do cotidiano do processo educativo. Não deve ser considerada como o final do processo, em que se verifica aonde a criança chegou, definindo sobre ela uma lista de comportamentos ou capacidades. A avaliação precisa ser um processo planejado, que enquanto amplia o olhar sobre a criança em suas manifestações diversas e singulares dia após dia, deve fundamentar-se em premissas teóricas consistentes a respeito do desenvolvimento infantil bem como, na definição de objetivos significativos para o processo pedagógico.

Kramer (2003) diz:

> [...] é necessário que a clássica forma de avaliar, buscando os erros e os culpados, seja substituída por uma dinâmica de avaliação capaz de trazer elementos de crítica e de transformação ativa para o nosso trabalho. (KRAMER, 2003, p. 95)

É integrado, no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, que encontram-se até os dias atuais no nosso país, práticas na educação infantil com uma compreensão incorreta da avaliação nessa fase escolar, tendo como consequência uma série de problemas.

Segundo Barbosa, a concepção de avaliação é tida como:

> [...] cultura classificatória e dualista, que separa os bons dos maus, afirma o que é certo e o que é errado, julga o outro a partir de valores e juízos pessoais e sociais, sendo alguns deles fortemente embebidos em preconceitos. Assim, a avaliação tem servido como um instrumento de controle social, pois produz seletividade e exclusão (BARBOSA, 2004, p. 17).

A avaliação é erroneamente exposta como um processo isolado do ato pedagógico, através apenas de provas e exames escolares, entretanto a avaliação não deve suceder dessa maneira. Ela é um componente importante da ação pedagógica, fazendo parte integral do processo de planejamento e execução de tal ação.

Consta na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), decretada em 20 de dezembro de 1996, que a avaliação na educação infantil não pode ter como propósito promover ou reter crianças, mas sim a assistência e o registro do desenvolvimento integral em fisicamente, psicologicamente, intelectualmente e socialmente, integrando tanto a realidade familiar, como o meio social em que vivem.

Segundo Zabalza (2006), é necessário os professores organizem documentos e registros da vida escolar das crianças na Educação Infantil, possibilitando uma reflexão do seu fazer pedagógico e empregando a avaliação não apenas das crianças, mas principalmente de seu trabalho, por adaptar sua prática às necessidades das crianças, resultando no sucesso de seu planejamento e prática docente.

Hoffmann (2006) alega que:

> O processo avaliativo como base referencial ao fazer pedagógico dá-se pela abertura do professor ao entendimento das crianças com quem trabalha, pelo aprofundamento teórico que fundamenta a curiosidade sobre elas, pela postura mediadora provocativa e desafiadora (HOFFMANN, 2006, p. 28).

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a avaliação deve ter como objetivo o acompanhamento, orientação e redirecionamento da

ação pedagógica, contribuindo com o processo de ampliação do conhecimento das crianças.

Kramer (2003) destaca a primordialidade da reflexão sobre as intenções da avaliação na Educação infantil, além da elaboração de meios atuais para se estudar as ações educativas utilizando os recursos e técnicas necessárias para isso.

De acordo com Didonet (2006), a Educação Infantil tem como propósito o desenvolvimento e a preparação da criança para o mundo, fazendo uso de sua capacidade de imaginar, criar e inventar possa aprender através das brincadeiras, sendo necessário que isso seja levado em conta no processo de avaliação, pois é preciso refletir o que se deseja atingir com os alunos antes de se eleger o tipo de avaliação a ser empregada.

É preciso analisar a bagagem de conhecimento que o indivíduo traz consigo, utilizando de diversos instrumentos e situações, por observar e trabalhar áreas específicas do conhecimento, descobrindo assim as táticas que utiliza para solucionar problemas, seu desenvolvimento motor, suas formas de manifestação e assim por diante. Barbosa (2004).

O registro docente é um documento muito significativo no processo avaliativo. Ele pode ser feito de várias formas, dentre elas de forma escrita, fotografada ou gravada.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a escrita é o modo mais comum de se registrar as observações feitas pelos professores. Quanto mais detalhado e preciso for, melhor aproveitado será para uso reflexivo no planejamento escolar. Através do registro, é possível observar o desenvolvimento das crianças com base em suas experiências, pensando assim numa abordagem contextualizada dos processos de aprendizagem e na qualidade das relações entre as crianças. Tal abordagem reflexiva e dialógica proporciona ao professor e à equipe pedagógica, uma perspectiva tanto de forma individual quanto coletiva dos alunos.

Barbosa (2004) salientou a importância de se compreender o mundo infantil por aprendermos a enxergar e escutar as crianças com atenção em momentos distintos, seja brincando, seja fazendo uma atividade direcionada, mas sempre observando com um objetivo a ser usado em todo o processo de planejamento de ações a serem executadas no processo de avaliação.

Observar as crianças brincarem é uma excelente maneira de se obter o conhecimento necessário que domina o desenvolvimento infantil, visto que são nas brincadeiras que os alunos interagem entre si; resolvem divergências; vivenciam o universo adulto através do faz-de-conta, desenvolvem e aprimoram inteligências e capacidades e até mesmo alguns traços de caráter e personalidade.

Em se tratando, especificamente, da brincadeira do faz-de-conta, é possível notar que, através desta, a criança usa de muita criatividade para imaginar espaços e objetos em algo diferente do que são na realidade, além de representar diferentes personagens nessa brincadeira como pai, mãe, filhos, super-heróis, animais, etc.

Esta é uma brincadeira com muita riqueza nas formas em como é disposta, onde a criança apresenta sua evolução mental á partir dos gestos, da postura, do som, das palavras até das frases que são formadas.

O educador deve ficar atento sobre o significado das expressões orais e físicas manifestadas pelas crianças relacionadas ao seu desenvolvimento físico e cognitivo, afetivo e psicomotor.

Utilizando um registro detalhado de acompanhamento das evoluções e retrocessos das crianças, ele terá subsídios para pensar em tais dificuldades e conquistas dos mesmos, de forma a planejar novas ações.

Melchior (1999) declara:

> O conhecimento que um professor desenvolve ao trabalhar com um grupo de crianças incorpora, necessariamente, elementos de outros domínios de sua vida. E a observação, o professor pode constatar dados não apenas aspectos cognitivos as dificuldades e as possibilidades de cada um mas também dos aspectos afetivo e psicomotor (MELCHIOR, 1999, p.76)

O projeto político-pedagógico (PPP) deve ser feito pensando na criação de condições desafiadoras em relação a bagagem de conhecimento já alcançado, tornando possível, conforme os interesses das crianças nessa faixa etária, a apropriação de distintos conhecimentos, dando o devido valor ás realizações, experiências e criatividade em suas brincadeiras e atividades.

Para isso, é preciso que o processo pedagógico seja bem planejado, colocado em ação, avaliado e refletido, para que possa ser novamente estudado, recriado e planejado.

Kramer (2003) salienta que os registros realizados pelo professor no dia a dia, devem incluir situações, transições e progressos das crianças, fornecendo uma boa base a todo o processo de avaliação. Uma sugestão oferecida por ele é a utilização de tabelas mensais, que indiquem aulas práticas com atividades diversas, identificadas pelas próprias crianças, seja com a escrita do nome, seja com um desenho ou símbolo que constitua uma lista, por exemplo, das coisas que mais e menos gostam, de suas habilidades e dificuldades, e assim por diante.

Os relatos escritos feitos pelos professores são importantes ferramentas de avaliação, visto que servem de lembrete de ações e atividades realizadas e podem conter observações fundamentais do desenvolvimento dos alunos,

as experiências vivenciadas, o envolvimento nas atividades, as ações nos momentos lúdicos com brinquedos e brincadeiras, a relação social com os colegas, a oralidade e as expressões linguísticas apresentadas enquanto se comunicam, enfim tudo o que possa enriquecer e favorecer o planejamento de práticas docentes.

Esses relatos podem ser acrescidos de registros fotográficos e/ou pequenas cenas filmadas que servem de ajuda para a memorização de ações.

As fotografias podem ser apreciadas pelos próprios alunos, despertando naturalmente a autoavaliação, onde as crianças podem ser estimuladas a se manifestar sobre as situações vista de si mesmas.

Alencar (2009) assegura que o melhor momento para a aprendizagem e desenvolvimento do indivíduo ocorre na primeira infância até os seis anos, visto que nesse período o cérebro processa muito melhor as informações que recebe.

O portifólio de registros dos alunos, se bem planejado e aplicado com prudência, também auxiliam na reflexão da avaliação visto que aponta alguns avanços na elaboração das atividades realizadas durante o ano.

A sondagem é outro modo de avaliar se os níveis de evolução desencadeada nas aprendizagens estão acontecendo de forma harmônica conforme a proposta pedagógica planejada e com o que se é esperado para a fase, considerando a realidade das crianças, a bagagem cultural que trazem de casa, a individualidade e o tempo de aprendizagem de cada qual, além de apontar se os alunos estão vencendo os obstáculos que possam impedir esse processo.

O trabalho docente deve ser composto por diferentes eixos norteadores da aprendizagem como, por exemplo, a Identidade e Autonomia, as Artes Visuais, a Música, a Expressão e o Movimento, além da Matemática e da Linguagem Oral e Escrita, sempre respeitando a faixa etária e as limitações das crianças.

O alicerce da formação de cada indivíduo é construído nos primeiros anos de vida, por isso é importante analisar e aproveitar tudo o que possa contribuir com o crescimento global dos alunos nessa fase, explorando a criatividade, valendo-se do uso de experimentos e experiências na descoberta e ampliação do conhecimento.

3. CONCLUSÃO

Foi possível observar através deste trabalho, que a avaliação na Educação Infantil precisa ser constante em todos os sentidos, desde as ações realizadas pelos indivíduos, até chegar ao processo ensino-aprendizagem. E hoje os meios de avaliação mais utilizados na Educação Infantil são os Portfólios e as sondagens de desenho e de escrita, levando sempre em consideração, todo o processo histórico, social, emocional e cognitivo da criança nesta etapa inicial de sua educação escolar.

A avaliação na escola não é indicada para fazer um diagnóstico sobre o caráter do aluno, pois sua abrangência limita-se aos objetivos do ensino do programa escolar. É contraindicada também, para fazer um prognóstico de sucesso de vida.

O seu mau emprego pode resultar na saída do aluno da instituição escolar, causando danos em seu autoconceito, impedindo que ele tenha acesso a um conhecimento sistematizado e, portanto, restringindo a partir daí suas oportunidades de atuação em sociedade.

É muito importante ter uma visão sobre o indivíduo como um ser capaz de atos e fatos, dotado de senso crítico, dono de seu próprio desenvolvimento.

Somente uma avaliação levada a termo e de forma adequada, é capaz de contribuir com o desenvolvimento crítico pleno ou a construção da autonomia.

Dentro deste contexto de compromisso com a qualidade da educação, e principalmente na Educação Infantil, a avaliação assume dimensões amplas passando a ter algumas características relevantes como: os objetivos (é preciso saber os objetivos que pretendemos alcançar quando estamos avaliando); avaliação contínua / processual (o educador precisa diagnosticar aspectos que precisam ser melhorados para que assim, possa intervir em sua própria prática, observando o que pode desencadear algum resultado negativo no desempenho dele ou dos alunos).

A avaliação também deve ser bem planejada estando em equilíbrio com os objetivos propostos que forem elencados em todo o processo de ensino aprendizagem.

Por outro lado, vários aspectos devem ser considerados na avaliação, não apenas os cognitivos, mas também os afetivos e os psicomotores.

A avaliação feita com qualidade e com carinho deve contemplar o aluno e o processo de aprendizagem na sua totalidade.

O professor de Educação Infantil, não pode esquecer que está envolvido num processo importante da construção do conhecimento e de aprendizagem de crianças pequenas e não, de um adulto em miniatura.

REFERÊNCIAS:

ALENCAR, M. N. **Os primeiros e decisivos seis anos**. Belo Horizonte: Ame Educando, 2009

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. O acompanhamento das aprendizagens e a avaliação. **Revista Pátio Educação Infantil**. Ano II nº 4. Abr/jul. 2004